

1ª PARTE

ABERTURA

Helena Catarino ()*

1. INTRODUÇÃO

Quando participei, em 1981, pela primeira vez, como codirectora de escavação com o Prof. Doutor Victor Gonçalves e a Dr^a Ana Arruda, na sondagem de emergência no sítio de Vale do Bôto (Castro Marim), não imaginava que viria poucos anos depois a dedicar-me inteiramente ao estudo da arqueologia do período muçulmano. Porém, a partir de 1984 propiciou-se-me iniciar um projecto nesse sentido e começar em 1985 as escavações no Castelo Velho de Alcoutim. O percurso arqueológico que desde essa data tenho vindo a realizar no Algarve Oriental, com o objectivo de adquirir um melhor conhecimento sobre o passado islâmico dessa região, resultou na identificação de grande número de povoados rurais abandonados e de alguns recintos fortificados, dos quais foram objecto de escavação o Castelo Velho de Alcoutim, o Castelo das Relíquias (Alcoutim) e o Castelo de Salir (Loulé), este situado já na área de transição da Serra do Caldeirão para o chamado Barrocal Algarvio.

Embora exista ainda um longo caminho a percorrer, tanto na pesquisa histórica como na arqueológica, a síntese que se apresenta é o culminar da segunda fase da investigação no terreno e no gabinete (a primeira foi apresentada em 1988 como prova de capacidade científica), aplicada fundamentalmente sobre os concelhos de Alcoutim, de Castro Marim, de Tavira (sobretudo na freguesia de Cachopo) e de Loulé (Castelo de Salir). A elaboração deste trabalho partiu de um projecto de arqueologia sobre o povoamento rural do período muçulmano em que as fontes de informação derivaram do terreno. No entanto, a reflexão sobre certos problemas formalizou-se através da conjugação da pesquisa arqueológica com os conhecimentos históricos disponíveis sobre os territórios do Garbe, em particular, e de al-Andaluz, no geral.

Tentou-se, na medida do possível, articular do ponto de vista cronológico-

(*) Prof.^a Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

-cultural, económico e social o conjunto das informações fornecidas pelas prospecções e pelas escavações. Todavia, a diversidade das mesmas, a escassez de confirmações decisivas sobre o terreno, nomeadamente a falta de registos estratigráficos nos povoados prospectados (excepto no caso de Vale do Bôto e de Aldeia dos Mouros), e a ausência de informações documentais sobre o Algarve Oriental no período islâmico, levaram a que as deduções finais obtidas para esta região não passem de simples hipóteses explicativas, sempre discutíveis, passíveis de virem a ser alteradas, corroboradas ou refutadas, à medida que se ampliem as investigações no terreno e se coloquem novas questões sobre o povoamento, o encastelamento e o território muçulmanos.

O marco histórico e cronológico deste estudo compreende essencialmente o processo de islamização entre os séculos VIII e XIII, com incidência sobre o povoamento rural e os sistemas defensivos a ele associados. Porém, porque no estado actual dos conhecimentos é difícil precisar os momentos de ruptura provocados pela conquista islâmica, tenta-se, sempre que possível, fazer uma aproximação aos antecedentes romanos e visigóticos. Do mesmo modo, aborda-se também o embate da Reconquista Cristã que terá provocado nesta região algumas transformações no povoamento rural e a edificação de novos castelos, concretamente os das vilas de Alcoutim e de Castro Marim.

Após vários esboços de planificação, optou-se por dividir esta dissertação em cinco partes (volume I), seguidas de um apêndice documental (volume II) onde se apresentam anexos e estampas.

A **1ª Parte** compreende, para além desta introdução, um balanço sobre o estado da investigação na arqueologia islâmica em Portugal, uma definição do projecto (com seus objectivos, métodos e meios), uma explicação sobre as características do espaço geográfico, dos recursos geológicos e da exploração do solo.

Como já referiu Miquel Barceló, embora o objectivo da arqueologia medieval seja o de produzir conhecimentos históricos, “há coisas que não podem saber-se jamais a partir da documentação escrita e também há coisas que o registo arqueológico não permite sequer colocar” (BARCELÓ, 1988: 11). Assim, a **2ª Parte** inclui uma resenha histórica sobre o processo de islamização e os territórios do Garbe al-Andaluz, onde se descrevem os principais acontecimentos políticos, o quadro social, religioso e cultural, assim como a organização administrativa do território, em particular na Marca Inferior e no espaço a Sul do Tejo (Coras de Beja e de Ossónoba). Neste caso, apontam-se também alguns dos principais vestígios arqueológicos conhecidos pela bibliografia consultada até ao momento em que se escreve.

O registo arqueológico foi o ponto de partida e o objectivo inicial para a análise da evolução do povoamento islâmico no Algarve Oriental. A **3ª Parte**

deste estudo foi dividida em duas secções:

A. O inquérito arqueológico I, dedicado à enumeração dos sítios arqueológicos identificados a partir de prospekções de superfície realizadas nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Tavira (neste caso apenas com algumas prospekções pontuais) e de Loulé, concretamente em torno de Salir. Independentemente do período cronológico-cultural a que pertenciam, foram indicados e cartografados todos os sítios conhecidos até ao momento em que se interromperam os trabalhos de campo, nos finais do Outono de 1994. Segue-se um subcapítulo onde se inclui o inventário de explorações mineiras das freguesias do concelho de Alcoutim;

B. O inquérito arqueológico II, onde se particularizam em três capítulos os resultados obtidos nas escavações efectuadas no Castelo Velho de Alcoutim, no Castelo das Relíquias e no Castelo de Salir, embora em nenhum dos casos se possam dar como concluídos os trabalhos de campo e de gabinete até agora aí realizados.

Finalmente, na 4ª e 5ª partes apresenta-se uma síntese geral e reflecte-se sobre os dados históricos e arqueológicos disponíveis. A **4ª Parte** foi dedicada à análise do território islâmico do Algarve Oriental e a alguns aspectos sobre a sociedade e a economia, embora com vários tipos de limitações, compreensíveis no estado actual dos poucos conhecimentos sobre o período muçulmano no actual Algarve e no País, em geral. Esta parte do trabalho foi subdividida em quatro capítulos onde se abordam e questionam, respectivamente, a evolução do povoamento rural, as características dos sistemas defensivos, as vias de comunicação, os problemas relacionados com a estrutura da sociedade e a economia agrícola, pastoril, mineira e artesanal. A **5ª Parte** foi dedicada à análise de alguns aspectos do quotidiano e nela se abordam os espaços domésticos, a dieta alimentar e os artefactos (cerâmicos e outros) exumados durante as escavações.

Porque os momentos de ruptura nem sempre se encontram bem limitados no registo arqueológico, é praticamente impossível individualizar o povoamento, o encastelamento, a sociedade, a economia e os artefactos islâmicos do Algarve Oriental fazendo tábua rasa sobre os períodos anterior e posterior. Por isso, optou-se por enunciar, sempre que possível, os antecedentes romanos e visigóticos da região, assim como expressar alguns problemas relacionados com o impacto da Reconquista, nomeadamente com o abandono de algumas povoações rurais e com a edificação de novos castelos que tiveram um papel relevante como fortalezas de defesa sobre a fronteira com Castela.

O apêndice documental que integra o volume II completa do ponto de vista gráfico o exame arqueológico. A organização deste volume compreende um índice detalhado, com a explicação das estampas, uma primeira parte, onde se inclui a metodologia utilizada no inventário das cerâmicas, para melhor compreensão

das matrizes do espólio cerâmico recolhido, respectivamente, no Castelo Velho de Alcoutim, no Castelo das Relíquias e no Castelo de Salir. Segue-se um conjunto de estampas, com os registos gráficos obtidos durante as escavações e prospecções, onde se incluem mapas com a distribuição de sítios. Finalmente, escolheram-se para ilustração algumas fotografias, com particular incidência sobre imagens obtidas durante as escavações realizadas nos referidos castelos.

2. Sinopse sobre a investigação na arqueologia do período islâmico

Durante muitos anos, a noção de Idade Média formulou-se em estreita vinculação com a reflexão nostálgica sobre a crise e desaparecimento do Império Romano. Inutilmente se determinavam datas precisas para o seu início: morte de Teodósio, em 395; liquidação do Império do Ocidente por Odoacro, em 476. Porém, já a partir da tese de Henri Pirenne (1937) se propunha que as invasões germânicas não tinham modificado a herança sócio-económica do Império, pois teria sido com os Árabes (séc. VII/VIII) que essas alterações se teriam verificado. Hoje, continua a questionar-se a existência, ou não, de grandes alterações, tanto socio-económicas como técnico-culturais, para os séculos que medeiam entre o período tardo-romano/paleocristão e o muçulmano. Como muito bem refere Hauschild, “o fim do Império Romano, com todas as suas consequências, tanto no âmbito social como no religioso e no artístico, deve-se a muitos factores que, nas fontes históricas, nem sempre são de fácil apreensão em toda a sua complexidade”(HAUSCHILD, 1986: 150).

A primeira fase da nossa Idade Média corresponde, de um modo geral, ao período compreendido entre o estabelecimento dos Bárbaros na Península Ibérica e a época de formação do Reino de Portugal. Este período, designado genericamente por Alta Idade Média, pode interpretar-se “como sendo um tempo de recuos, de tacteamentos, de mudanças, de estagnações e de alguns fôlegos decisivos para os tempos seguintes. Historiograficamente, é uma época muito obscura, uma verdadeira Idade Média, para cujo conhecimento a História de Arte e a Arqueologia têm contributos fundamentais” (ALMEIDA, 1986: 7).

Se, por um lado, nos inícios da Alta Idade Média, paleocristã e visigótica, podem ter-se observado alterações económicas pouco marcantes no Centro e Sul da Península, por outro lado, a partir do século VIII, com o processo de islamização, verificaram-se duas realidades políticas e culturais distintas: a Alta Idade Média e formação dos primeiros reinos cristãos no Norte da Península; o estado muçulmano de al-Andaluz, com relativo poder centralizador a partir de Córdoba.

No entanto, como salienta Llobregat (1985: 383), a partir da Baixa Romanidade